

## **Projeto Casa das Marisqueiras: transformações em um modelo de trabalho secularmente estabelecido**

*Maria Luiza Cardoso Freire<sup>1</sup>  
Alberto Freire<sup>2</sup>*

### **Resumo**

Este artigo analisa a formulação e execução do Projeto Casa das Marisqueiras, um programa participativo, de desenvolvimento socioambiental e sustentável, voltado para as mulheres catadoras de mariscos nas localidades de Cairu, Conceição e Barra do Paraguaçu, no município de Salinas da Margarida, Bahia. As localidades configuram um território reconhecido por uma relação histórica na atividade pesqueira artesanal. O Projeto se originou de uma condicionante ambiental estabelecida pelo Ibama para atividade de produção de gás natural no litoral da região. Ao final de várias fases implementadas, foi possível perceber transformações diversas nas dimensões culturais, socioambientais e no reforço da identidade local, por meio de ações que tiveram como premissa o desenvolvimento local sustentável.

Palavras-Chaves: Diversidade cultural, desenvolvimento sustentável, marisqueiras.

### **Introdução**

A atividade pesqueira é a principal fonte de renda para muitas famílias no estado da Bahia, que retiram do trabalho da pesca a maior parte do seu sustento. Este contingente vem aumentando significativamente em razão desta atividade apresentar solução viável para driblar uma frágil estrutura de empregabilidade formal, em um mercado de trabalho incipiente e exigente.

Diante desta realidade, o mar, manguezais e rios se tornam uma importante fonte de recursos e, para muitos, a forma mais viável de sobrevivência. Estes indivíduos criaram estilo de vida relacionado à condição e forma de trabalho, reunindo-se em grupos, formando novos, ou agregando-se àqueles já existentes.

A necessidade de sobrevivência forçou muitos homens e mulheres a adaptarem-se às condições insalubres da mariscagem. Assim, desenvolveram uma estrutura produtiva possível, em que o meio impôs suas características, tornando-se parte da história, cultura e modo de vida secularmente estabelecida.

---

<sup>1</sup> Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Urbano pela UCSAL e socióloga do Núcleo Thaba - Núcleo de Pesquisa e Extensão em Habilitação Popular da UNEB. E-mail: luicardoso@uol.com.br.

<sup>2</sup> Doutor em Cultura e Sociedade, Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas, jornalista, e professor. E-mail: albfreire@uol.com.br.

O município de Salinas da Margarida, na Bahia, apresenta um quadro de ocupação e atividades na mariscagem que remete a estas considerações iniciais. Situado no litoral do Recôncavo, o cotidiano extrativista do marisco tem uma ancestralidade que se transmite há várias gerações de mulheres. Nesta região a cata do marisco nos manguezais ou nas águas rasas da baía de Todos os Santos é uma ocupação predominantemente feminina.

As marisqueiras residentes nas localidades praianas de Barra, Cairu e Conceição integram famílias de baixa renda, que exercem esta atividade de grande significado econômico e social no município. Assim, a mariscagem possui um importante, senão determinante, papel de sustentação dessa população. Caracteriza-se por um modelo artesanal, com características de pequena produção e baixo rendimento, cuja principal finalidade é a subsistência.

### **O Projeto Casa das Mariscadeiras**

Durante a instalação de um campo de produção de gás natural da Petrobras e parceiras em um consórcio, o Ibama estabeleceu como condicionante o desenvolvimento de um projeto socioambiental sustentável em Salinas da Margarida. O diagnóstico das condições da mariscagem nas localidades de Barra, Cairu e Conceição revelou a necessidade de intervenções para requalificar a atividade, de forma a permitir transformações diversas que incluía aspectos ergonômicos, organização social do grupo de mulheres mariscadeiras e outras, que permitissem a valorização social destas profissionais no território que ocupam, e agregar valor ao marisco extraído nas praias e mangues. Como resultado, foi formulado pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Habilitação Popular da Uneb (Núcleo Thaba) o Projeto Casa das Mariscadeiras, no período de 2008 a 2011, com várias ações, metodologia específica, desdobramentos e resultados.

Nestas localidades, onde o Projeto se desenvolveu há um importante elemento de diferenciação em relação à região. Em Barra, Conceição e Cairu as mulheres se intitulam mariscadeiras, como um contraponto à denominação usual de marisqueiras. Essa ressignificação do nome da profissão ou atividade pode ser interpretada como uma reafirmação identitária. Para essas mulheres, mariscadeira significa trabalhar e viver do ofício da mariscagem. Essa perspectiva ratifica um dos pressupostos de Muniz Sodré (2000) para a identidade que, segundo o autor, é fundamentada na memória e no hábito.

O tempo, a vida e o cotidiano dessas mulheres são determinados pela tábua de maré. A condição de maré alta ou baixa se aplica, inclusive, como demarcador do tempo e da jornada de trabalho, o que tem reflexos sociais e culturais significativos na organização do modo de vida. Já o trabalho de beneficiamento do marisco é realizado no espaço doméstico, ou seja, em áreas anexas à residência, nos quintais, que permita aliar outras

atividades como as tarefas domésticas e cuidar dos filhos, por exemplo. No beneficiamento o processo de tratar o marisco envolve a catagem, lavagem, embalagem, armazenamento e venda.

Os espaços utilizados para o processamento de marisco geralmente não atendem a um padrão de higiene, não possuem mobiliários e equipamentos apropriados, o que remete a uma ergonomia inadequada para a longa jornada de trabalho.

A qualidade do marisco, extraído e tratado de forma artesanal, mediante um trabalho realizado de forma precária, aliada a ausência da organização comunitária, compromete a qualidade e competitividade desse produto no mercado. Isso impede estabelecer um preço que equilibre a relação entre capital e trabalho, não respondendo como elemento indutor para a melhoria da qualidade de vida desse contingente de trabalhadoras. Fato evidenciado no pequeno valor de comercialização local do marisco e do mercado restrito e doméstico que o absorve.

As dificuldades do exercício da mariscagem podem ser demonstradas no desequilíbrio de uma equação perversa, pela qual são necessários cerca de 25 quilos do marisco *in natura* para chegar-se a 1 quilo do produto catado e pronto para a venda.

Para essas mulheres, residentes nessas localidades e no seu entorno, mariscar constitui-se numa atividade de pouca significação no mundo do trabalho, ainda que detenham, mesmo que precariamente e de forma improvisada, os meios de produção. Neste processo, não existe uma valorização social, nem se mensura o valor do trabalho. Esse desconhecimento e, de certa forma, a baixa qualificação profissional das trabalhadoras, cujas razões advêm de uma série de graves deficiências existentes no processo de produção e comercialização do marisco, acabam determinando a ordem social que vigora, na qual mariscar pode significar um trabalho menor. Isso tem forte reflexo na autoimagem dessas mulheres.

É nesse contexto que se insere o Projeto Casa das Mariscadeiras, no município de Salinas da Margarida. Observa-se que neste território, aqui compreendido como espaço onde se realizam as práticas cotidianas, se estabelecem as relações sociais e se percebe uma identidade coletiva. Em Hasbaert, o território é definido a partir da seguinte noção:

Muitos espaços expressam muito mais do que a manifestação concreta de seus prédios, estradas e montanhas. Neles há espaços ou se preferirem, territórios (enquanto espaços concretos e/ou simbolicamente dominados/apropriados) de um caráter particular especial, cuja significação extrapola em muito seus limites físicos e sua utilização material (...) a partir dos quais se cria uma leitura simbólica, que pode ser sagrada, poética ou simplesmente folclórica, mas que de qualquer forma, emana uma apropriação estética específica, capaz de fortalecer uma identidade coletiva que, neste caso, é também uma identidade territorial. (HASBAERT, 2002, p. 149)

O Projeto desenvolvido entre os anos de 2008 e 2011 foi fundamentado em ações implementadas mediante uma premissa participativa, na qual as mulheres deste território se colocaram como protagonistas e autônomas na discussão da sua realidade. Com esse viés, buscou-se junto com as mariscadeiras refletir sobre o exercício da mariscagem, listando os problemas mais relevantes, ao tempo em que apontaram possibilidades de soluções para os mesmos.

A utilização dessa metodologia deu-se em função da crença na construção de um processo efetivamente participativo, da linguagem integrada e simplificada como forma de comunicação, o que tornou a troca de conhecimento um instrumento facilitador para formulação, encaminhamento e execução das propostas de intervenção.

Este caminho metodológico permitiu construir uma percepção reflexiva nas mulheres, da forma ancestral de atuação, suas potencialidades, e as possibilidades individuais e coletivas de forma sustentável. Estas ações têm o objetivo de incentivar o trabalho da mariscagem de forma menos artesanal, ao mesmo tempo em que agregue valor ao produto e cada mariscadeira se perceba como componente de um grupo com possibilidades semelhantes de transformar a realidade.

A partir dessas análises, e observando-se o perfil dessa população sobre o processo de mariscagem, a forma como as mariscadeiras desenvolvem o seu trabalho, o processo de organização e associativismo ainda incipientes e, especialmente, quanto aos hábitos e atividades domésticas e familiares, foram configurando-se soluções sustentáveis que apontavam para a necessidade da requalificação do processo de pesca, beneficiamento e comercialização do marisco. Estes aspectos fundamentaram-se na observação da atividade, levando-se em consideração a cultura em dois eixos norteadores, isto é, como modo de vida e como desenvolvimento naquele território. Sobre a noção de cultura e desenvolvimento e sustentabilidade, Cuellar (1997, p.21), diz que “o desenvolvimento divorciado do seu contexto humano e cultural não é mais que um crescimento sem alma”.

Essas soluções, discutidas e validadas de forma coletiva, abrangeram a aquisição de equipamentos adequados para cada etapa do processo de mariscagem, e a necessidade de um espaço equipado para o beneficiamento. Integravam, também, novos caminhos para as soluções. Dentre eles, a realização de cursos de qualificação e capacitação para o processo de melhoria da qualidade do marisco e, como última etapa do processo, a concepção de um espaço coletivo adequado para armazenar e comercializar os produtos.

Assim, surge a concepção das Unidades Familiares de Beneficiamento (UFB's) e as Unidades de Convivência e Comercialização (UCC's), como elementos estruturantes para a implementação das ações definidas por essas mulheres na fase de discussão dos problemas. As UFBs e UCCs surgiram como elemento de indução da transformação do secular modelo de produção e comercialização do marisco no território em foco.

A Unidade Familiar de Beneficiamento - UFB, construída no quintal residencial, devidamente equipada e montada para o procedimento das etapas de lavagem, cozimento, resfriamento, catagem e embalagem do marisco. Esta instalação aperfeiçoa a atividade tradicional de exploração de marisco, mas preserva sua tradição e cultura. Além disso, mantém o trabalho no espaço de morar, amplia e qualifica as ações da atividade e mantém as relações sócio-familiares. Este modelo de instalação possibilita a melhoria da qualidade de vida dessas mulheres, com reflexos significativos nas relações cotidianas e de sociabilidade.

Como elemento estruturante, este equipamento demanda ações integradas para a melhoria da qualidade de vida das marisqueiras, com foco no beneficiamento de marisco e na organização comunitária. A seguir apresentamos outras ações que derivaram das formulações que integram o Projeto Casa das Marisqueiras. São realizações implementadas de forma a fomentar o desenvolvimento sustentável, sem perder os vínculos com o repertório cultural das mulheres, nem com a vivência cotidiana do grupo.

O kit marisqueiras consiste de um conjunto de equipamentos de uso individual durante a catagem do marisco, e outros para uso na UFB, que são utilizados para facilitar o trabalho durante as diversas etapas do processo de mariscagem e beneficiamento, tais como: extração, transporte, lavagem, cozimento, resfriamento, catagem, embalagem, congelamento e comercialização.

Estes kit's inseriram maior segurança ao trabalho e qualidade, com reflexo nos produtos, já que os equipamentos atendem às normas de higiene, à otimização de custos e ao exercício da atividade de forma mais ergonômica.

A capacitação auxilia as marisqueiras na construção do processo de beneficiamento, manuseio e comercialização do marisco, respeitando-se os saberes ancestrais já desenvolvidos e os princípios de autogestão existentes nas comunidades, com reflexos na melhoria do produto final. Os cursos foram desenvolvidos numa linha metodológica participativa, com a construção do conhecimento de forma coletiva.

A comercialização da produção de marisco constitui uma etapa fundamental de celebração dos resultados da cadeia produtiva, pois esta fase é capaz de assegurar os benefícios resultantes do trabalho de cada uma das mulheres do grupo.

Colocar o produto à venda no mercado dá embasamento às ações do Projeto, pela possibilidade de se mensurar objetivamente os desdobramentos das ações. Ressalta-se, no entanto, a complexidade dessa etapa que passa pela organização, integração e alcança aspectos objetivos de espaço adequado para funcionamento do empreendimento de forma rentável, equipamentos, mobiliário e a competência de gestão do grupo de mulheres na última etapa do exercício da mariscagem.

A Unidade de Comercialização e Convivência - UCC foi concebida como um espaço devidamente equipado com freezers, geladeiras, balança de precisão e mobiliários. Ali são depositados os mariscos extraídos e beneficiados pelas participantes do Projeto, seguindo as normas de higiene, que foram aprendidas nos cursos de qualificação.

A UCC representa um espaço de discussão, trocas e compartilhamento, essencial para a consolidação da intervenção e melhoria de renda e de vida, mediante o exercício do trabalho coletivo e sustentável. Neste sentido, as formulações do Projeto têm como premissa que em uma proposta de intervenção como esta, deve-se levar em consideração os elementos sociais e as formas de produção, reprodução e organização desta parcela populacional no seu espaço de atuação. A UCC traz em si, e no seu rótulo, a noção de convivência compartilhada de forma a construir e transformar as relações do cotidiano por meio de um trabalho coletivo.

A concretização e utilização desses espaços compartilhados das UFBs e UCCs contemplam as várias etapas da atividade econômica da pesca e tratamento do marisco. Neles, é possível reafirmar o conceito de trabalho digno para essas mulheres, ao tempo em que se agrega valor ao produto, com possibilidades reais que chegue ao mercado consumidor em condição de competitividade.

O Projeto Casa das Marisqueiras atendeu diretamente 204 famílias de mulheres marisqueiras. O levantamento mostrou que as unidades residenciais cadastradas perfazem uma população de 906 pessoas. Observa-se que esta composição se refere, basicamente, ao núcleo familiar formado por pai, mãe e filhos. Assim, constata-se que as famílias são significativamente numerosas. Ressalta-se que aproximadamente 500 destas pessoas têm a pesca como atividade profissional.

A população economicamente ativa, considerada aqui para efeito de análise, a partir de 15 anos, apresenta a seguinte composição: 33,14% são marisqueiras, 7,17% são marisqueiras e “ganhadeiras” e 25,96% são pescadores. Estes dados demonstram a

estabilidade e continuidade destas ocupações ligadas à pesca e ao marisco. Isto reafirma que a atividade pesqueira representa uma base econômica de sobrevivência, ao mesmo tempo em que fortalece a identificação desta população enquanto grupo.

As “ganhadeiras” são mulheres que além de mariscar, atuam como intermediárias no comércio do marisco. Essas mulheres, apesar de sofrerem resistência de algumas mariscadeiras, representam uma garantia imediata para comercialização do produto. Tentamos aqui evitar o termo “atravessadora” para designar as “ganhadeiras”, mas é oportuno registrar que este termo é de uso corrente na região.

Algumas mariscadeiras chegam a ter com essas mulheres uma relação de compromisso firmada na garantia da entrega e venda do produto, e se colocam a favor da existência dessa relação de comércio, mesmo reconhecendo a relação de exploração que existe nesta forma de negociar. Nesta comercialização, as “ganhadeiras” é que estabelecem o valor do marisco, desqualificando e ignorando o valor do trabalho das mariscadeiras.

A maioria das mulheres mariscadeiras contribui ou assumem o sustento de suas famílias como resultante da extração, beneficiamento e comercialização do marisco. Em número expressivo são as principais provedoras dentro da estrutura familiar, além de assumirem os afazeres domésticos. Como resultante, tem-se uma sobrecarga de trabalho e, conseqüentemente, um maior comprometimento de sua saúde como um todo, principalmente porque o trabalho de mariscagem é uma atividade árdua, sobretudo considerando as condições em que a mesma é exercida. Apesar de tanto esforço e da elevada importância no processo de subsistência das famílias das mariscadeiras, durante o projeto ficou evidente que a percepção de algumas mariscadeiras sobre a atividade é de cunho depreciativo.

Por se tratar de uma atividade de baixa valorização social, algumas mulheres do grupo demonstraram sentir-se desprestigiadas pelo exercício da mesma, principalmente as mais jovens. Aliado a isso, constatou-se um processo de organização comunitária ainda incipiente, facilmente compreensível em razão da complexidade de construção desse processo, principalmente em grupos nos quais as necessidades individuais são tão evidentes.

Observa-se que as mariscadeiras tinham a percepção das inúmeras dificuldades ocasionadas pelo trabalho dentro de uma lógica que privilegia o individual, sem compreender que a organização poderia definir de forma mais equilibrada a relação entre trabalho e preço final do produto. Assim, a organização das mariscadeiras foi fundamental para uma maior reflexão sobre a importância de uma proposta coletiva que viesse atender às necessidades do grupo e seus reflexos no desenvolvimento sustentável nas localidades.



Para promover e fortalecer a organização comunitária, adequou-se o processo de implementação das ações do Projeto às características sócio-econômicas, históricas e culturais do grupo. Considerou-se os mecanismos sociais, as formas de produção, reprodução e organização destas mulheres no seu território, que quase sempre foi mantido à margem da presença de instituições organizadas, ou mesmo dos poderes públicos.

A estratégia empregada nesta proposta de fortalecimento e estímulo de organização comunitária, fundamentou-se na integração da população com o conjunto da comunidade. Neste sentido, todo o trabalho proposto pela equipe do Projeto consistiu em ações processuais utilizando-as como canal de articulação e integração. Além disso, havia também a vertente para contribuir e fomentar a percepção de uma identidade crítica e reconhecadora da sua realidade. Buscou-se assim, associar atitudes reflexivas com a ação, teoria com a prática, o pensar com o fazer, para realizar um diálogo participativo, além de propor alternativas e estratégias na construção de uma nova realidade para o trabalho e reflexos no modo de vida cotidiano.

Assim, estabeleceu-se como essencial a estratégia de fortalecimento e estímulo, para a construção da organização comunitária, fundamentada na integração do público de interesse do Projeto, considerando-se, também, a presença de outros grupos sociais naquele território e sua articulação com o meio ambiente.

A metodologia utilizada no Projeto Casa das Mariscadeiras com relevância na participação se constitui em uma forma de reverter a posição dessas trabalhadoras como espectadoras da realidade em que vivem, para colocá-las no lugar de agentes e promotores de transformação dessa realidade, instrumentalizando-as para descobrir suas competências e potencialidades. Com esta premissa, a organização das mariscadeiras em torno de uma maior reflexão sobre a importância de uma proposta coletiva que venha a atender as necessidades do grupo, sem prejuízo das sutilezas e individualidades, se torna imperativa.

A globalização pressupõe uma ideia generalizante de que o mundo presencia uma unicidade territorial, de produção, consumo e até mesmo de estilo de vida. Essa ideia tem sido questionada e caminhos diferentes são tomados como resistência a este modelo contemporâneo. Neste cenário, a revalorização do contexto local tem assumido importante papel para se pensar em formulações e execuções que possam associar desenvolvimento e sustentabilidade. Nesse sentido, Lasdila Dawbor e Márcio Pochman estabelecem a seguinte relação com a territorialidade local,

Hoje entendemos que existem outras territorialidades que precisam se articular de maneira mais inteligente, e nessa diversidade o território local surge como um grande potencial subutilizado, na medida em que permite políticas diversificadas segundo as diferentes situações e uma



articulação dos diversos atores locais, visando processos de decisão mais participativos e mais democráticos, além da maior produtividade sistêmica do território. (DOWBOR E POCHMAN, 2008, p.6).

Observa-se que, apesar das diversidades e peculiaridades desta comunidade, este grupo de mulheres apresenta similaridades em vários aspectos, como o local de moradia, faixa etária, são predominantemente jovens, constituem família precocemente, número expressivo de mulheres chefes de família, baixo nível de escolaridade (a maioria cursou apenas o fundamental), etnia (maioria negra), necessidades, carências e, principalmente, a atividade da mariscagem, que as referenciam e reafirma as condições identitárias do grupo.

### **Considerações finais**

A cultura relacionada ao modo de vida está em uma dimensão de fácil percepção no cotidiano de grupos, sociedades, etc. que desenvolvem suas atividades e a elas dão sentido em territórios de tamanhos e complexidades diversas. Já a noção de cultura e desenvolvimento é mais recente. Na contemporaneidade, a concepção de desenvolvimento vinculado apenas ao crescimento econômico se caracteriza como um anacronismo. Outros recursos são acionados para projetos que visem desenvolver territórios de dimensões e complexidades diversas.

Neste cenário, o meio ambiente, a sustentabilidade, a cultura, a diversidade cultural, etc. surgem como fatores que podem ser determinantes para intervenções sociais transformadoras em territórios de dimensões e complexidades diversas. Por meio da compreensão da diversidade cultural e suas múltiplas formas de expressão, políticas públicas estruturadas podem incorporar várias ações que visem o desenvolvimento local sustentável.

Para introduzir transformações que objetivem desenvolvimento e sustentabilidade em territórios e em grupos sociais é fundamental a percepção e entendimento da trajetória cultural do grupo. Para alcançar tais objetivos é necessário fomentar mudanças nas relações e nos padrões de organização, despertando nos indivíduos outras possibilidades de organização, além do desenvolvimento individual e coletivo.

Assim, neste grupo social de mariscadeiras, com seu mundo do trabalho formatado em uma cultura secularmente estabelecida, com a sua trajetória social e econômica muito singular, uma intervenção isolada e verticalmente hierarquizada poderia não conduzir a resultados satisfatórios. No entanto, ao se optar por uma metodologia participativa, como a que foi adotada no Projeto Casa das Mariscadeiras, a perspectiva de se fomentar uma nova dinâmica, fortaleceu o sentimento de pertencimento e reforçou os vínculos com o trabalho,

sempre com a perspectiva da sustentabilidade e do desenvolvimento em outras premissas, para além do crescimento econômico.

Observou-se que a atuação dessas mulheres em torno de um referencial concreto, as UFB's, possibilitou uma maior reflexão sobre a importância de uma proposta coletiva, que venha atender às necessidades do grupo, sem prejuízo do individual. As representações coletivas fizeram parte das discussões, o que demonstra um avanço no processo de formação organizacional.

Dessa forma, para promover e fortalecer a organização comunitária, em um dado espaço, transformado pelas relações estabelecidas, é necessário adequar o processo desse fortalecimento às características sócio-econômicas, históricas e culturais da população e das suas relações interpessoais. Ressalta-se que o Projeto Casa das Marisqueiras é uma intervenção construída coletivamente e as definições das ações foram tomadas de forma coletiva com estas mulheres.

As ações do Projeto Casa das Marisqueiras, no município de Salinas da Margarida, reconfiguraram a atividade da marisqueira nas localidades de Barra do Paraguaçu, Cairu de Salinas e Conceição. Algumas mudanças no cotidiano das marisqueiras tornaram-se visíveis na forma de beneficiar o marisco, na relação estabelecida com o manuseio, na maneira de preparar o produto, na postura frente às questões relativas à marisqueira, ao meio ambiente e, mais precisamente, na compreensão da necessidade de organização como recurso para alcançar um desenvolvimento sustentável e de longo prazo.

Uma etnografia realizada com o público-alvo do Projeto revelou que o exercício da marisqueira passou a ter outra representação, mais positiva, na escala de valores das atividades do trabalho naquele território. Assim, as transformações foram muitas e podem ser sintetizadas na reafirmação coletiva do nome da prática secular da atividade, de marisqueira para marisqueira, como uma demarcação simbólica da ancestral atividade nos manguezais da região.

## **Referências**

ACSERALD, Henri. Território e poder – a política das escalas. In: FISCHER, Tânia. *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002, p. 33-44.

ALBAGLI, Sarita. *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia da inserção competitiva*. Brasília: Relume Dumará, 2004.



CUELLAR, Javier Perez de (org.). *Nossa diversidade criadora: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Trad. Alessandro Candéas. Campinas, SP: Papirus, Brasília: Unesco, 1997.

DOWBOR, Lasdilaú e POCHMANN, Márcio. (orgs.) *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2008.

FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – Introdução a uma agenda. In: FISCHER, Tânia. *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002, p. 12-32.

FRANCO, Augusto de. *Pobreza & desenvolvimento local*. Brasília: AeD, 2002.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.

ICÓ, Iara. *Desenvolvimento local: adaptação ou contestação? As realidades de Garapuá e Barra dos Carvalhos – BA*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2008.

MILANI, Carlos Sanchez. *Roteiro de sistematização de práticas de desenvolvimento local*. Salvador: CIAGS, 2005.

SILVA, Christian. E SOUZA-LIMA, José Edmilson (orgs.). *Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.